

**DO INFANTIL AO SECRETARIADO: O EXTERNATO SÃO JOSÉ E A EDUCAÇÃO
FEMININA NA CAPITAL PAULISTA
1880-1942**

Autor : José Fernando Teles da Rocha

Instituição : UNICAMP

Eixo temático : História da profissão docente e das instituições escolares (2)

Este trabalho dá continuidade às pesquisas que venho desenvolvendo no campo da história da infância, de sua assistência e educação entre os séculos XIX e XX e pretende analisar a importância do Externato São José como uma das principais instituições de ensino feminino na cidade de São Paulo durante o recorte histórico e, como não poderia deixar de ser, acompanhar as transformações ocorridas em seu interior em termos educacionais assim como em nível oficial no ensino voltado às mulheres que foram, a partir do final do século XIX, conquistando cada vez mais espaço nas salas de aula como alunas e como docentes.

Por meio dos Relatórios da Mordomia – minha principal fonte primária – é possível verificar o enfoque dado pelos responsáveis pelo ensino no Externato, como mordomos, irmãs diretoras, professores, inspetores de ensino, entre outros. Uma vez que com a consolidação do novo regime político, a partir de 1889, a escola elementar republicana busca um certo distanciamento do modelo imperial não só na sua estrutura física como também em relação aos métodos e materiais.

Vale ressaltar que a maioria das alunas provinha de famílias pobres cujos estudos eram bancados pelo próprio Externato, instituição sob a responsabilidade da Santa Casa de Misericórdia. Esse fato está relacionado à concepção de caridade, modelo secular que caracterizou o atendimento das instituições sob controle das Santas Casas como o próprio hospital central, os asilos espalhados pela cidade e, no caso específico, o Externato.

Especificamente em relação ao ensino ministrado em seu interior, os Relatórios mostram que o mesmo trazia embutido, como não poderia deixar de ser, um caráter cívico e religioso, preparando as alunas para que fossem profissionais exemplares ou mesmo excelentes mães ou

donas-de-casa. Isso pode ser encontrado por meio, por exemplo, de alguns discursos proferidos quando da entrega de certificados de conclusão dos cursos, momento no qual o paraninfo enaltecia o valor da mulher bem formada, “como o sustentáculo da família, alicerce da grandeza da Pátria” (RELATÓRIO DA MORDOMIA, 1944, p.362).Esse também era, ao que tudo indica, um dos valores difundidos na sociedade na época aqui tratada.

A partir dessas perspectivas acredita-se ser possível analisar e compreender melhor a importância desta Instituição de ensino voltada à educação feminina uma vez que ela teve papel fundamental dentro das mudanças sociais, econômicas, políticas e culturais que estavam ocorrendo na cidade de São Paulo durante o período demarcado.

Os Relatórios foram escritos anualmente pelos mordomos, como eram e ainda são chamados os administradores das instituições sob a responsabilidade da Santa Casa de Misericórdia de São Paulo.Por meio deles é possível extrair informações sobre o número de alunas matriculadas por ano, relatórios de festas escolares, programas de ensino, regulamentos, balancetes, donativos recebidos pela Instituição, frequência nas aulas, relatórios médicos e de inspetores de ensino, textos das diretoras, nomes de professores e professoras que trabalhavam no Externato, entre outros detalhes. Enfim, uma série de dados que auxiliam o entendimento do processo de instalação e permanência do Externato ao longo da época estudada.

Na verdade, no período que abrange este trabalho a cidade de São Paulo já estava inserida num contexto mais amplo de reorganização do país, que se torna mais visível com o advento da República. A cidade estava crescendo em termos físicos e populacional. Os meios de transporte e comunicação evoluindo; os bairros se constituindo e diferenciando-se – nos terrenos mais altos, a elite; nos mais baixos, a camada pobre da população. Uma separação espacial visível na cidade decorrente, talvez, da própria forma como foi encaminhada a questão da intervenção no campo social que, ao invés de ter um caráter voltado para a integração da camada excluída pautou-se, justamente, pela sua ordenação, controle e disciplina.

As ações ocorreram, basicamente, no espaço urbano. Tornava-se necessário “cumprir” um “contrato” republicano no qual estava clara a intenção de “uma nova sociedade”. Era preciso mostrar que a República seria a “tábua de salvação” em contraponto a um período “arcaico e envelhecido” como o Império, de acordo com o pensamento de grande parte dos republicanos

da época. Como bem mostra Casimiro Reis Filho em seu livro a “Educação e a ilusão liberal”, a ideologia republicana presente na educação atribuía à escola, entre outros aspectos, “a tarefa primordial de educação cívica, entendida como a compreensão fundamental dos deveres do cidadão” (1995,p.204).

Ainda segundo o mesmo autor cresciam, em termos educacionais, as discussões acerca da necessidade de ampliar a instrução a uma parcela maior da população, esforços estes que iam ao encontro do ideário civilizatório iluminista e de formação de um Estado Nacional. Mesmo porque seria através da escola que as crianças seriam preparadas para serem futuros cidadãos e pudessem “despertar o papel político reservado pelo regime republicano a todos os brasileiros” (p.204).

Vale ressaltar que havia uma certa circulação das elites locais que estavam se internacionalizando e transitavam principalmente pela Europa e Estados Unidos e que se posicionaram favoráveis ao processo de modernização, indo ao encontro do ideário republicano. Eram “modelos de modernidade” que estavam sendo aplicados, na época, em nível internacional e que foram importados, adaptados e disseminados nas principais capitais do país e, especificamente, em São Paulo.

Além disso, a transição do Império para a República foi marcada por uma nova mudança: especificamente em termos educacionais, além dos prédios que deveriam ter uma nova arquitetura, dando maior visibilidade ao que estava sendo mudado pelo novo regime, buscou-se também a diferenciação em relação ao Império em termos de métodos e materiais didáticos.

Especificamente em relação à mulher, esta poderia ocupar os espaços da sala de aula, como aluna, e também como professora. Mesmo porque esta era uma possibilidade para sua inserção no mundo do trabalho. Outras seriam, por exemplo, a de trabalhadoras domésticas, costureiras e arrumadeiras.

De acordo com nossas fontes, de 1885 a 1902, o Externato São José apresentou à Escola Normal da Capital 60 alunas, que deveriam seguir a carreira no magistério. Um dos argumentos utilizados na época era o de que a profissão estava talhada para o sexo feminino, uma alternativa lícita no mercado profissional, em detrimento à vida doméstica e dependência à ordem social.

Dentro deste processo privilegia-se o ano de 1880 como recorte inicial. Naquele ano, o Externato foi inaugurado – 12 de abril – num prédio instalado na rua da Glória, região central da cidade de São Paulo, ao lado do então Asilo de Mendicidade. Começou a funcionar com 10 alunas. Ao final do ano letivo já contabilizava 91.

No Relatório da Mordomia de 1902 encontram-se informações sobre sua instalação. Segundo consta, em 14 de março de 1880 foi aprovada, em Sessão da Mesa, a proposta do capelão e provedor da Santa Casa, Dr. Acipreste João Jacintho Gonçalves de Andrade, que ofereceu um conto de réis, em memória de seu tio, Monsenhor Joaquim Manoel Gonçalves d’Andrade, para auxiliar nas despesas com abertura da “Eschola”, cuja direção e instrução ficou a cargo das irmãs de São José de Chamberry.

A justificativa para o recorte final, ou seja, 1942, tem a ver com a mudança no nome da Instituição que de Externato passou a Colégio São José – Decreto 10.859, de 19 de novembro de 1942. Essa mudança ocorreu junto à Reforma do Ensino Secundário – Decreto Federal n.º 4.244 – Reforma Gustavo Capanema. Entre outras conseqüências para o Externato, ampliou o curso Ginásial Fundamental, que passou a ter duração de 4 anos. A partir daí as alunas seguiriam para o Colégio, com a possibilidade de cursar o Científico ou Clássico. “Em face de tal concessão, perdeu a sua antiga denominação de ‘Externato S.José’ passando a chamar-se – Colégio São José” (RELATÓRIO DA MORDOMIA, 1943, p.364).

Num primeiro momento, a escola tinha seu ensino dividido em 9 classes: uma para o curso infantil, outra para o elementar, cinco para o primário e duas para o secundário. Ao final do recorte estabelecido – 1942 –, além desses cursos havia também o científico, clássico, comercial e secretariado. A inclusão dos novos cursos também teve a ver com a demanda por matrículas para os mesmos, de acordo com nossas fontes. Isso porque, no ano seguinte à mudança, por exemplo, foram abertas duas classes com “três graus” tanto para o Científico quanto para o Clássico, com matrícula inicial de 42 alunas. “Em 1945 serão 3 as classes para o Científico e 3 as de Clássico” (RELATÓRIO DA MORDOMIA, 1944, p.358).

De acordo com nossas fontes e alguns relatos encontrados durante a revisão bibliográfica, as alunas – procedentes tanto da capital como do Interior – eram, em sua maioria, classificadas como “gratuitas”, oriundas principalmente de famílias católicas pobres, algumas até órfãs, embora também houvessem as chamadas “contribuintes”, em geral filhas de

imigrantes. Daí a importância do Externato São José como local de acesso à educação feminina para uma parcela pobre da população da cidade.

A crescente urbanização na capital e, conseqüentemente, seu desenvolvimento, devem ser acompanhados mais pontualmente para as diferenças, para as desigualdades que permaneciam paralelas àquela nova organização. Mais especificamente à educação das alunas que não faziam parte da elite da sociedade mas que mesmo assim usufruíram de um ensino de qualidade e gratuito, se comparado ao que era ensinado na época aqui tratada nas escolas voltadas a um público de camada social mais abastada.

Nas pesquisas sobre a história da educação e os modelos de ensino destinados à educação feminina verificam-se as escolas como formadoras e modeladoras de um ideal de mulher apropriado para a sociedade republicana de então. Enquanto os meninos deveriam ser moldados moral e fisicamente para serem homens trabalhadores, disciplinados; para as meninas a educação estava baseada para que as mesmas tornassem excelentes mães ou donas-de-casa, sempre com forte intenção moral e religiosa.

A fundamentação teórica básica que norteia esta pesquisa apóia-se em Roger Chartier na busca de compreender melhor os aspectos relacionados às representações que os responsáveis pela educação – juristas, educadores, políticos, inspetores de ensino, entre – produziam deles próprios e de suas práticas para legitimar um projeto reformador ou mesmo justificar suas ações. Também é possível em Chartier encontrar subsídios para entender e clarificar melhor a questão da apropriação, por parte das meninas, de um modelo de educação.

Outro autor no qual se busca uma referência teórica para este estudo é Michel Foucault. Através de “Microfísica do poder” (1979) e “Vigiar e punir”(1987) foi possível extrair informações para compreender e analisar as relações de poder e de disciplina intrínsecas a uma instituição, assim como sobre o comportamento das pessoas envolvidas. As leituras possibilitaram uma reflexão acerca das diferentes abordagens, concepções e práticas numa instituição em nível de estruturas e relações.

Já os procedimentos metodológicos que estão sendo utilizados para este estudo levam em conta a análise dos Relatórios da Mordomia, que traz limitações e dificuldades intrínsecas de toda fonte documental e que tento superar buscando em jornais de época, legislações, pareceres, atas e na própria revisão bibliográfica, elementos que possibilitem maior

compreensão sobre um determinado assunto, dado estatístico ou mesmo informações e depoimentos que estão presentes nos Relatórios.

Também não se pode deixar de salientar que os Relatórios eram encaminhados a um superior – seja via funcionários ao mordomo ou deste para o Provedor. Daí o cuidado em suas análises, pois os mesmos serviam como instrumento para mostrar como era o dia-a-dia da Instituição, os sujeitos que participavam de seu cotidiano, os problemas, as sugestões. Enfim há, em alguns momentos do texto, críticas mais diretas sobre o sistema de funcionamento do Externato uma vez que era necessário descrever, de forma objetiva, o que se passava em seu interior; porém, em outros momentos, notam-se certas passagens que serviam, provavelmente, para enaltecer a Instituição e seus superiores. São considerações que levamos em conta ao extrair dos Relatórios as informações constantes nesta pesquisa, mesmo porque são fontes originárias da própria Instituição estudada.

Os Anuários de Ensino do Estado de São Paulo foram outra fonte pesquisada. Forneceram algumas sinalizações entre o ensino ministrado no Externato e o programa oficial. A análise dos mesmos tornou-se necessária pois os mordomos mencionavam, em algumas passagens, que o programa adotado era o oficial “com algumas modificações”. Daí o uso, em alguns momentos, de informações retiradas destes documentos, cujo primeiro exemplar, segundo Oscar Thompson, duas vezes Diretor da Instrução Pública do Estado de São Paulo, veio “a lume em 1907, mais especialmente, se ocupou, como era natural, da historia dos nossos estabelecimentos de ensino, e do estudo das medidas postas em execução, desde 1846, já quanto á criação de escolas, já quanto á direção e inspecção dellas”. (1917, p.5)

Em termos de revisão bibliográfica o acesso a autores relacionados à História da Educação permitiu visualizar uma trajetória cujos sujeitos e fatos nos possibilitam entender a engrenagem na qual estão inseridos os discursos e as práticas pedagógicas adotadas no país em diferentes períodos e lugares.

Ao estudar o contexto histórico no qual o sistema educacional brasileiro foi gerado poderemos entender, com maior clareza, que personagens e fatos entram e saem de cena de acordo com a época vigente. São sinais de que, em se tratando de educação, há que se levar em conta inúmeros aspectos e relacioná-los entre si para que possamos traçar uma linha diretiva para uma melhor análise e compreensão de nossas fontes. A confrontação dos

enfoques dados por diversos autores e obras nos possibilita refletir sobre determinados aspectos até então escondidos nas linhas e entrelinhas dos livros ou fontes.

Além dos dois autores citados utilizados para o referencial teórico, outros livros e fontes, relacionados nas referências bibliográficas deste texto, estão possibilitando obter informações que sinalizam caminhos e fornecem pistas para um melhor entendimento sobre o tema.

CONCLUSÃO

Embora o trabalho não esteja concluído, é importante chamar a atenção para o fato de que o Externato foi constituído em alguns anos antes da República e seu funcionamento prolonga-se por muitas décadas. Assim, fez parte de todo um projeto educativo instalado com o novo regime para a sociedade de modo geral e, no caso deste trabalho, para as mulheres. O Externato São José, ao que tudo indica, cumpriu seu papel de educar gerações e gerações de meninas para aquela sociedade de então que procurava, via educação, formar futuros cidadãos prontos para servir ao País.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

FONTES PRIMÁRIAS

Periódicos

- RELATÓRIOS do Irmão Mordomo dos Expostos. In: IRMANDADE DA SANTA CASA DE MISERICÓRDIA. Relatórios (anuais), apresentados á mesa conjuncta pelo irmão provedor, de 1901 a 1949.

- Anuários de Ensino do Estado de São Paulo- Biblioteca Paulo Bourrol, Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo.

FONTES SECUNDÁRIAS

Livros

ALMEIDA, J.R.P. *História da instrução pública: 1500 a 1889*. São Paulo: EDUC. Brasília: MEC/INEP, 1999.

AZEVEDO, Fernando. *A Cultura brasileira: introdução ao estudo da cultura no Brasil*. 4ª. ed. rev. ampl. Brasília: Ed. UNB, 1963.

- BRUNO, Ernani Silva. *Histórias e tradições da cidade de São Paulo. Burgo de estudantes (1828-1872)*. São Paulo: José Olympio Editora, 1954.
- CARVALHO, Marta M. Chagas de. A configuração da historiografia educacional brasileira. In: FREITAS, Marcos Cezar de, *Historiografia Brasileira em Perspectiva*. Bragança Paulista: USF, Contexto, 1998.
- _____. *A escola e a República e outros ensaios*. Bragança Paulista: EDUSF, 2003.
- CHARTIER, Roger. *A história cultural: entre práticas e representações*. Lisboa: Difel. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1990.
- FARIA FILHO, Luciano Mendes; VEIGA, Cynthia Greive. *Infância no sótão*. Belo Horizonte : Autêntica, 1999.
- FAUSTO, Boris. *Trabalho urbano e conflito social*. São Paulo: Difel, 1976.
- FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.
- _____. *Vigiar e punir: história da violência nas prisões*. Petrópolis: Vozes, 1987.
- FREITAS, Marcos Cezar de. *História social da infância no Brasil*. Bragança Paulista: USF/IFAN, São Paulo: Cortez, 1997.
- KISHIMOTO, Tizuko Morchida. *Pré-escola em São Paulo – 1877 a 1940*. São Paulo: Coleção Educar. Edições Loyola, 1988.
- KUHLMANN JUNIOR, Moysés. *Infância e educação infantil: uma abordagem histórica*. Porto Alegre: Mediação, 1998.
- MERISSE, Antonio. *Lugares da infância-reflexões sobre a história da criança na fábrica, creche e orfanato*. Assis: Ed. Artes & Ciência, 1997.
- MARCÍLIO, Maria Luíza. *História social da criança abandonada*. São Paulo: Hucitec, 1998.
- MORAES, Carmen Sylvia Vidigal. *A socialização da força de trabalho: instrução popular e qualificação profissional no estado de São Paulo- 1873-1934*. Bragança Paulista: EDUSF, 2003.
- PRIORI, Mary Del (org.). *História da criança no Brasil*. São Paulo: Ed. Contexto, 1991.
- _____. *História das mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2001.
- MORSE, Richard M. *Formação histórica de São Paulo: de comunidade a metrópole*. São Paulo: Difel, 1970.

REIS FILHO, Casemiro. *A educação e a ilusão liberal*. Campinas: Editora Autores Associados, 1995.

Artigos

CARVALHO, Marta Maria Chagas de . Quando a história da educação é a história da disciplina e da higienização das pessoas. In: FREITAS , M. C. *História social da infância no Brasil*. São Paulo: Cortez, 1997.

KUHLMANN JR, Moysés. Raízes da historiografia educacional brasileira (1881-1922). In: *Cadernos de pesquisa*. Fundação Carlos Chagas. São Paulo : Editora Autores Associados, n. 106, março 1999, p. 159-171.

_____. A circulação das idéias sobre a educação das crianças: Brasil, início do século XX. In: FREITAS, Marcos Cezar de; KUHLMANN JR, Moysés . (Orgs.). *Os intelectuais na história da infância*. São Paulo: Cortez, 2002.

NAGLE, Jorge. O Brasil republicano, sociedade e instituições (1889-1930). In : FAUSTO, Boris (org.). *A Educação na primeira República*. vol.IX, Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997, p.261-291.

Dissertação

KUHLMANN JUNIOR, Moysés. *Educação pré-escolar no Brasil (1899-1922). Exposições e congressos patrocinando a “Assistência Científica”*. Diss. Mestr. São Paulo: PUC, 1990.